

Juiz incomoda e é afastado

9 NOV 2001

José Varella 18.6.01



SEBASTIÃO COELHO NÃO COMENTA A DECISÃO DO TJDF DE AFASTÁ-LO DA FUNÇÃO

Carolina Nogueira
Da equipe do **Correio**

Foram exatos onze meses e sete dias de uma administração polêmica. O juiz Sebastião Coelho, que até ontem respondia pela Vara de Execuções Criminais (VEC) do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), teve uma gestão baseada na defesa dos direitos dos presos. A retirada de detentos de segurança máxima de solitárias insalubres e a interdição da Coordenação de Polícia Especializada (CPE) por superlotação foram algumas das suas medidas que causaram descontentamento. Sebastião Coelho acabou afastado da função por decisão do Conselho da Magistratura do Tribunal.

O processo que acabou por afastá-lo é resultado de uma série de representações, denúncias e ofícios enviados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) à Corregedoria do Tri-

bunal. As reclamações questionam os métodos de Coelho.

O processo ainda está em análise no Conselho do Tribunal, mas o relator da ação, desembargador João Mariosa, determinou o afastamento de Coelho até o término do julgamento. O TJDF não informa porque a medida foi tomada. Alega apenas que o processo corre em segredo de Justiça.

Todos os ofícios que motivaram o processo tratam de decisões do juiz em defesa dos direitos dos detentos. Em junho deste ano, o MPDFT reclamou ao Tribunal a decisão da VEC de transferir um dos líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marco Camacho, para o pavilhão comum. Ele e outros vinte detentos ficavam em celas de segurança máxima — solitárias, usadas para punições.

“Alguns deles estavam há mais de um ano privados da convivência de outras pessoas. A decisão do juiz foi de resgatar a dignidade deles”, afirma uma juíza que acompanhou o caso e

não quer se identificar. Dias depois da decisão de Coelho, o MPDF recorreu e os detentos voltaram às solitárias.

VISITA

Em outro episódio denunciado à Corregedoria, dessa vez pela Secretaria de Segurança, o juiz determinou o acesso da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao presídio, para flagrar a superlotação nos prédios. Na época, o próprio secretário de Segurança, Athos Farias, esteve no local para impedir a visita. “Me preocupa muito a decisão da Justiça de Brasília, só

posso achar que é resultado de pressão feita pelo governo local”, comentou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Nelson Pelegrino (PT-BA).

Sebastião Coelho não quer comentar a decisão do TJDF. Prefere deixar a cargo da Associação dos Magistrados Brasilei-

ros (AMB), da qual é vice-presidente, a incumbência de tratar do assunto. “O juiz não pode ser tolhido em suas decisões, sob pena de prejuízo à democracia”, defende Douglas Rodrigues, que responde interinamente pela presidência da AMB.

“O Tribunal pode rever a decisão de um juiz, mas jamais pode puni-lo por sua sentença. É disso que trata o direito constitucional de acesso à Justiça”, explica o ex-presidente da AMB Luiz Fernando Ribeiro. Assim que o juiz for noticiado de seu afastamento, o órgão deverá propor recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se manifestou contra a decisão. “Nossa experiência com o juiz Sebastião Coelho denotou um magistrado ponderado e totalmente capaz de rever seus atos”, comentou o presidente da OAB/DF, Safe Carneiro. O Ministério Público do DF e Territórios e a Secretaria de Segurança Pública do DF não quiseram comentar a decisão do Tribunal.